

...continuação

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 80.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

	Controladora	Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.005.331	744.049	1.809.798	1.446.558
Aliquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%

	Controladora	Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Imposto de renda e contribuição social pela aliquota combinada	(341.813)	(252.977)	(615.331)	(491.830)
Imposto de renda e contribuição social pela aliquota combinada	(341.813)	(252.977)	(615.331)	(491.830)
Impostos e despesas devidamente deduzidos	(68)	(40)	(558)	(201)
Despesas indutivas	(1.005)	(869)	(2.714)	(1.815)
Gratificação a diretores	(3.426)	(3.306)	(3.426)	(3.306)
Amortização de ágio	-	-	(5.794)	(17.928)
Provisão multas	-	-	(18.117)	(25.228)
Créditos tributários não constituidos (a)	(110.566)	(79.074)	(173.192)	(141.073)
AVP Ónus Concessão	(46)	(50)	2.778	3.314
Incentivos fiscais (PAT)	-	(66)	(357)	(3.524)
Acordo de leniência/Não perseguição cível	-	-	(14.114)	(54.790)
Provisão para redução do valor recuperável	-	-	(18.117)	(25.228)
Capitalização Juros s/ Investimentos	-	-	18.117	25.228
Outros	176	(2.946)	6.346	923
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(795.113)	(675.441)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(761.160)	(619.825)	
Impostos diferidos (b)	-	-	(33.953)	(55.616)
Taxa efetiva	n.m.	n.m.	43,9%	46,7%
(a) São compostos pela Companhia e suas controladas CECM, RDC e Eco101 e, em função de não haver expectativa de rentabilidade futura. (b) Luro Diferido - Ecovias do Araguaia, EcoNoroeste e EcoRioMinas.				
14.3. Provisão para imposto de renda e contribuição social - Consolidado				

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no inicio do exercício	157.743	45.384	
Despesa IRCS DRE	761.160	619.825	
Total de IRCS pagos	(789.541)	(507.466)	
Saldo no fim do exercício provisão IRCS	129.362	157.743	

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

	Vencimento	Companhia	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Finem (a)	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	159.657	179.200	
Finem (a)	12/2028	TJLP + 3,48% a.a.	97.519	115.646	
Finem (b)	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	48.072	51.733	
Finem (b)	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	104.445	111.969	
Finem (b)	06/2034	TJLP + 3,48% a.a.	58.996	62.155	
Finem (c)	12/2038	TJLP + 2% a.a.	378.410	341.780	
Finem (d)	12/2038	TJLP + 2% a.a.	105.072	100.938	
FINISA (e)	12/2038	TJLP + 2% a.a.	289.831	298.111	
FCDO (f)	04/2036	TJLP + 2,5% a.a.	125.378	136.249	
Finem (g)	06/2043	IPCA TLP+3,49% a.a.	839.799	578.568	
Finame (h)	07/2026	IPCA TLP+3,40% a.a.	2.147	3.189	
Finame (h)	09/2026	IPCA TLP+3,40% a.a.	61	90	
Finame (h)	07/2026	IPCA TLP+3,40% a.a.	3.667	5.449	
Finame (h)	12/2026	IPCA TLP+4,08% a.a.	4.351	6.519	
Finem (i)	09/2051	IPCA TLP+ 2,58% a.a.	664.919	267.677	
CCB-FNO (j)	07/2046	IPCA+2,50830% a.a.	201.924	303.321	
			3.084.239	2.462.598	
Circulante			154.266	126.103	
Não circulante			2.929.973	2.336.495	

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2024	31/12/2023
2025...	-	127.403
2026...	159.923	144.533
2027...	171.259	152.057
2028...	184.119	163.639
2029...	167.409	145.786
Postiores a 2029	2.247.263	1.603.077
	2.929.973	2.336.495

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As principais adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Instituição	Item	Empresa	Financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Eco101	BNDES				
(b)	Ecoponte	BNDES				
(c)	ECO050	BNDES				
(d)	ECO050	BDMG				
(e)	ECO050	CEF				
(f)	ECO050	CEF				
(g)	Eco135	BNDES				
(h)	Eco135	Santander				
(i)	Eco135	BNDES				

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As contratações de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As contratações de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As contratações de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As contratações de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.532	533.930
Encargos financeiros (Nota 27)	-	259.593	198.805
Pagamento principal	-	(122.039)	(109.783)
Pagamento de juros	-	(192.445)	(155.095)
Saldo no fim do exercício	-	3.084.239	2.462.598

As contratações de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	Controladora	Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023	
Saldo no inicio do exercício	-	2.462.598	1.995.281
Adições	-	676.	

...continuação

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS - CNPJ/MF nº 08.873.873/0001-10 - NIRE 35.300.366.166

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)
RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
ROBERTO BORGES PAIVA

DIRETORIA

Diretor de Recursos Humanos: GUILHERME BRAGA DOS SANTOS
Diretor de Controladoria: HUGO RAFAEL MITZ
Diretor de Relações com Investidores: HUGO RAFAEL MITZ
Diretor de Engenharia: FILIPPO CHIARIELLO
Diretor de Tecnologia: AFRÂNIO LAMY SPOLADOR JUNIOR
Diretor Jurídico: EDUARDO AUGUSTO ALCKMIN JACOB

Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/O-4 T: SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis adotadas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentaram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 25)

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para o reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábeis, e os controles de arrecadação de pedágios, que são posteriormente somados e inseridos nos sistemas financeiro e contábeis da Companhia e suas controladas. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e registrados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, o grande volume de transações em distintas práticas de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 13)

Em 31 de dezembro de 2024, o Consolidado tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 20.975.952 mil referente ao valor contábil dos investimentos realizados em 2024 no contrato de concessão da Eco101. Esse investimento possui expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre outras, premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, como a perspectiva de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 20.3)

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia, em conjunto com sua controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101"), finalizou as análises internas e apurou os possíveis efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos, estimou e provisionou os valores possivelmente devidos pelo Poder Concedente ao MPF, que é o Poder que realizou a investigação em 2024. Adicionalmente, a Companhia e a Eco101 estão trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento desse inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade da apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento desse assunto.

Processo competitivo - Eco101 (Notas 19.4 e 33.13)

A controlada Eco101 declarou sua intenção de adesão ao processo de relíctação junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) por meio de termos aditivos, sendo o Terceiro Termo Aditivo estabelecidas as condições de prestação de serviços para a concessão da concessão da concessão. Depois da assinatura, em 30 de agosto de 2023, outros novos aditivos foram firmados para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro termo aditivo. A prorrogação se deu em razão da necessidade de conclusão dos cenários possíveis e viáveis à readaptação e otimização do Contrato de Concessão, que foram conduzidos pela na Câmara de Soluções Consensuais junto ao Tribunal de Contas da União ("TCU"). Após as discussões entre as partes, em 17 de março de 2025 foi aprovada a abertura do processo competitivo, por meio de leilão, para eventual alienação de 100% das ações da Eco101.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhum alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamo todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Assos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

